

Os caminhos da erosão democrática latino-americana (2013 a 2023)

PAULA RENATA SILVA SANTOS

A eleição ao cargo da presidência do Brasil está chamando bastante atenção da mídia e do ambiente acadêmico latino-americano, especialmente, em razão de dois fatores: a relevância do Brasil na região e as ameaças à democracia do país. Nesse sentido, as discussões estão concentradas em entender se o país fará o seu giro à esquerda, e seguirá a tendência observada em outros países sul-americanos, e como estará a imagem de suas instituições democráticas ao final do processo eleitoral. Ainda que ocorra a saída de Jair Bolsonaro do cargo de chefe do Executivo Federal, as perspectivas não se mostram muito animadoras para o Brasil. Assim, a análise desse pleito é de suma importância para se investigar o contexto democrático na América Latina. À luz da experiência brasileira, nos questionamos: por que discursos anti-democráticos ganharam força na América Latina e quais suas possíveis consequências às democracias latino-americanas no longo e médio prazo?

O sentimento de tensão no que tange às eleições brasileiras não começou em 2022. Em 7 de setembro de 2021, as preocupações em relação à corrida eleitoral do ano seguinte já estavam postas em debate. No dia da comemoração da Independência do Brasil, o presidente Jair Bolsonaro frisou que as eleições seriam uma farsa, questionou a segurança das urnas eletrônicas, citou o voto impresso e atacou o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (AS AMEAÇAS..., 2021). De acordo com o mandatário brasileiro, ele somente sairia das eleições “preso, morto ou com vitória”, ao mesmo tempo em que destacava ser defensor da democracia (AS AMEAÇAS..., 2021). Tais declarações demonstraram não apenas contradições por parte de Bolsonaro - um presidente que foi democraticamente eleito - mas também evidenciou o alerta para os rumos da democracia no maior país do Cone Sul.

Vale destacar também que antes mesmo da chegada de Jair Bolsonaro à presidência, já era possível observar que alguns segmentos da sociedade brasileira apresentavam desconforto com a realidade posta e passaram a se aproximar do pensamento anti-democrático. Como trazido por Avritzer (2018, p. 273), 2013 pode ser entendido como um marco inicial do “mal-estar” na democracia do país: as manifestações daquele ano contaram com o ataque da população aos membros do sistema político do Brasil e com “a concentração da atenção da sociedade em questões ligadas à corrupção, que

acabaram sendo tratadas de forma anti-institucional e antipolítica pela Operação Lava Jato” (AVRITZER, 2018, p. 273-274). De acordo com Almeida (2019), a crise brasileira teria sido “desencadeada com os protestos de rua de junho de 2013, polarizada nas eleições de 2014, aprofundada com o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016” (ALMEIDA, 2019, p. 185). Ao longo desses anos, conseguimos observar a ascensão de manifestações conservadoras no país que reforçaram o clima de tensão entre diferentes grupos sociais (AVRITZER, 2018), que questionaram as estruturas políticas em vigor (BRANDÃO, 2017) e que tiveram como desdobramento a eleição de um candidato da extrema direita em 2018 (ALMEIDA, 2019).

O Brasil, assim como outros países da América Latina, apresenta uma redemocratização recente e ainda em processo de consolidação. Conforme apontado pelo Democracy Index de 2021, o Brasil é caracterizado como uma Democracia Defeituosa e o país fica em 47º lugar no ranking mundial (A NEW..., 2022). De forma não muito distinta, aparecem os outros países latino-americanos: segundo o indicador, apenas o Uruguai representaria uma Democracia Plena na região, enquanto que os demais países teriam regimes democráticos defeituosos, regimes autoritários ou híbridos (A NEW..., 2022). A pesquisa leva em consideração aspectos como o processo eleitoral e o pluralismo, as liberdades civis, o funcionamento do governo, a participação política e a cultura política dos países (ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2022).

Outros dados preocupantes são revelados nas pesquisas divulgadas pelo Barômetro das Américas (GALINDO, 2021) e pelo Democracy Perception Index (LATANA, 2022). De acordo com o primeiro estudo, cerca de 25% dos cidadãos do continente americano não concordam que a democracia seja a melhor forma de governo (GALINDO, 2021). Ao olharmos para questões mais específicas que podem levar à tal descrença, vemos, através do Índice de Percepção da Democracia (LATANA, 2022), que 20% das pessoas entrevistadas na América Latina acreditam que seus países não apresentam eleições livres e justas - esse que é um ponto essencial em sociedades tidas como democráticas. Ademais, o estudo também sublinha que os cidadãos dessa região são os mais propensos a responderem que seus governos servem a uma minoria (LATANA, 2022). Por fim, é apontado que a corrupção - questão que será abordada mais a frente - foi citada como umas das principais ameaças à democracia, sendo um tópico de especial atenção e preocupação nos países latino americanos (LATANA, 2022). Tais números evidenciam insatisfações perante a realidade vigente e trazem indícios sobre a deterioração da crença nos sistemas democráticos da região e em elementos que são caros à democracia, como as eleições e a representação dos interesses da população.

A partir desse cenário é possível perceber que, apesar de ter passado por um processo de redemocratização, o Brasil enfrenta um momento político preocupante que expõe as fragilidades institucionais que não conseguiram ser revertidas desde 1988 e os novos desafios colocados

pela utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) na atualidade. Além disso, tais questões também servem de alerta para as dinâmicas presentes nos demais países da região.

Um dos primeiros pontos que deve ser analisado, para entender essa fragilidade regional, é a presença histórica do negacionismo nesses países. De acordo com Fernandez (2022, p. 32), “a manipulação do passado para fins políticos tem uma longa tradição na América Latina”. Em vista disso, ao se discutir sobre as ditaduras na região, o que se observa é uma negação dos fatos do passado e uma criminalização de atores sociais no presente (FERNANDEZ, 2022). Assim, observa-se claramente no Brasil como a narrativa distorcida sobre o período da ditadura foi perpetuada e vive até hoje. Não foram raras, por exemplo, as falas de Jair Bolsonaro acerca dos aspectos positivos do regime militar no Brasil: o presidente já citou que não teria havido um golpe em 1964 (MAZUI; RODRIGUES, 2022), que o período representou um momento de progresso para o país (“FOI UM..., 2022) e que sem a instauração da ditadura o Brasil seria um “republicueta” (BOLSONARO..., 2022).

Como trazido por Fernandez (2022), essa não é uma prática exclusiva do Brasil. Na Argentina, por exemplo, Mauricio Macri, ex-presidente do país e figura que apresentava certa proximidade com Bolsonaro, questionou a quantidade de pessoas desaparecidas durante a ditadura argentina (FERNANDEZ, 2022). O então mandatário citou que falar sobre o número de desaparecidos seria uma discussão sem sentido e que ele não “fazia ideia” da quantidade de desaparecimentos no período, apesar de existirem os registros (MOLINA, 2016).

Outro fator que pode ajudar a explicar o crescimento de discursos anti-democráticos na América Latina está ligado aos casos de corrupção nos países da região envolvendo governos da esquerda. Brasil e Chile são alguns dos exemplos que podem ser citados: no gigante sul-americano, os escândalos divulgados pela Operação Lava-Jato ganharam muita repercussão no debate público, enquanto que no país andino casos de corrupção ligados a pessoas próximas da então presidente Michelle Bachelet desestabilizaram a imagem do seu governo (CARMO, 2015). Nesse contexto, foi possível observar - especialmente no Brasil - a crescente difusão de um “descrédito dos políticos e da política” (ALMEIDA, 2019, p. 188) e os poderes Executivos e Legislativos passaram a ser vistos pela população como corruptos (ALMEIDA, 2019). Foi nesse cenário que pôde-se observar a ascensão de Bolsonaro com um discurso anti-corrupção e de proximidade com as Forças Armadas (ALMEIDA, 2019).

Tal combinação entre a fala acerca da necessidade de mudanças e o apoio às Forças Armadas se revela um elemento importante para o fortalecimento dos debates de apoio à volta de uma ditadura no país. Isso porque, como explica Bauer (2022), historicamente, foi construída uma imagem dos militares “como sinônimo de correção, disciplina e obediência” (BAUER, 2022, p. 115). Esse fator, por exemplo, passou a ser utilizado como uma forma de legitimação do

golpe de 1964, na medida em que seus apoiadores afirmam “que ‘medidas excepcionais’ eram necessárias para o combate à corrupção e à subversão que teriam caracterizado o governo do então presidente João Goulart” (BAUER, 2022, p. 114). À vista disso, parece que esse mesmo discurso tentou - e tenta - ser colocado como uma justificativa para uma possível intervenção na dinâmica democrática do país - que seria “deturpada” por figuras que estão no poder, como os ministros do STF - e fortalece a retórica anti-democrática no Brasil.

Por fim, um fenômeno mais recente demonstra ter papel fundamental para que os discursos anti-democráticos ganhassem força na América Latina: a popularização das mídias digitais. Na medida em que essas ferramentas possibilitam uma comunicação rápida, de baixo custo (RASHICA, 2018), que chega a largas audiências (GILBOA, 2016), observou-se a eclosão do processo de transnacionalização dos discursos da extrema direita (FROIO; GANESH, 2019) e de disseminação de desinformação e fake news (MITOZO, 2022; SAMPAIO, 2022).

Dentre as principais características do mundo digital, está a possibilidade de que os usuários das redes criem e disseminem conteúdos de produção própria (FROIO; GANESH, 2019), sem a necessidade de um filtro de verificação (SAMPAIO, 2022). A partir disso, existe uma facilidade na distribuição de discursos que não condizem com a realidade e que buscam ressoar pensamentos conspiratórios e antidemocráticos (MITOZO, 2022). Uma vez que tais mensagens conseguem ser difundidas de maneira transnacional, elas são capazes de captar apoiadores e de expandir sua influência além-fronteiras (FROIO; GANESH, 2019).

No que tange à realidade brasileira, um discurso conspiratório que ganhou força foi o do perigo das urnas eletrônicas. Ao ter como um de seus disseminadores o próprio presidente brasileiro, as discussões acerca de possíveis fraudes no processo eleitoral passaram a ganhar destaque e difusão na internet: Em uma pesquisa desenvolvida pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas, foi mostrado que entre novembro de 2020 e janeiro de 2022 publicações com alegações inverídicas sobre fraudes nas urnas eletrônicas e com a defesa do voto impresso tiveram 111.748.306 interações, envolvendo curtidas, comentários e compartilhamentos no Facebook (BARROS, 2022). Além disso, através de um levantamento feito pela agência de checagem Lupa, notou-se que o compartilhamento de postagens, nessa mesma rede social, que mencionam fraude nas urnas eletrônicas aumentou 154% em 2022 ao se comparar com o mesmo período do ano eleitoral de 2018 (CIRCULAÇÃO..., 2022).

Perceber o avanço da disseminação nas mídias digitais revela uma pista importante para o entendimento sobre o aumento dos discursos antidemocráticos na América Latina e, especialmente, no Brasil - algo que é bastante preocupante, dado que a disseminação dessas informações nas redes é de difícil detecção e combate (SAMPAIO,

2022). Além disso, apesar da existência de agências de fact-checking - organizações que “se apresentam como instrumentos a serviço do esclarecimento, que permitem ao público em geral distinguir o que é fato do que é fake” (ALBUQUERQUE, 2022, p. 133) - o trabalho realizado por elas parece não alcançar o mesmo tamanho de audiência das fake news, o que faz com que elas tenham efeito reduzido frente às desinformações (SAMPAIO, 2022).

Ademais, ao levar em consideração esses aspectos, é fundamental se pensar quais seriam as consequências, a médio e longo prazo, da disseminação desses discursos para as democracias latino-americanas. Nesse sentido, podemos citar alguns resultados possíveis.

O primeiro deles seria que, mesmo com a eleição de representantes mais progressistas guiados por valores democráticos, as forças questionadoras da democracia continuariam a exercer forte pressão sobre as instituições. Fica evidente que, mesmo com a eleição de novos mandatários, os grupos que desafiam o sistema democrático não deixarão de existir instantaneamente. Tais conglomerados representam uma parcela significativa das sociedades latino-americanas e figuras ligadas a eles também estão presentes em outros cargos de poder.

Ao se levar em conta as últimas eleições na América do Sul, por exemplo, verifica-se que, apesar da vitória de candidatos da esquerda, os concorrentes das vertentes da direita receberam quantidades significativas de votos. No Chile, José Antonio Kast - o concorrente de Gabriel Boric - angariou 44,1% dos votos válidos (GABRIEL..., 2022), enquanto que na Colômbia, Rodolfo Hernández - candidato da direita que apresentava um discurso antissistema - conseguiu mais de 47% dos votos do segundo turno (COSTA, 2022). No que diz respeito ao Peru, a disputa foi ainda mais acirrada: Keiko Fujimori obteve 49,875% dos votos válidos no segundo turno, perdendo para Pedro Castillo apenas por uma margem de 0,25% (PERU..., 2021).

Em adição a isso, é importante perceber os outros níveis da vida política dos países. Ao se considerar a realidade brasileira percebe-se que os números da bancada do Partido Liberal (atual partido de Jair Bolsonaro) somados ao do União Brasil (partido criado a partir da fusão entre o PSL - partido em que Bolsonaro foi eleito à presidência - e o DEM) na Câmara de Deputados atingem a marca de 128 representantes (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022). Tal fato, portanto, demonstra que políticos com certa aproximação de Bolsonaro continuarão no poder, mesmo que haja uma saída dele do cargo da presidência, e essa presença em espaços de poder é de extrema importância para o andamento das dinâmicas da política interna e de possíveis contestações àquele/a que estará a frente do Executivo Federal.

Dessa forma, uma preocupação importante está no fato de que tais representantes da extrema-direita, aos poucos, consigam conquistar espaços de maior relevância nesses países. Por consequência, no

longo e médio prazo, tais grupos podem ganhar tamanha ressonância (como já aconteceu) e abrir espaço para discursos que busquem legitimar governos autoritários e centralizadores. Essas figuras, portanto, poderiam chegar ao poder de forma democrática, mas ao final minar as instituições daquela sociedade.

Considerações finais

Assim, de uma maneira geral, verifica-se que a descrença da população nas estruturas e dinâmicas políticas, a prática do negacionismo em relação a fatos históricos - como a ditadura - e a propagação de desinformação e de discursos conspiratórios pelas mídias digitais se mostram elementos importantes para se entender o porquê de discursos anti-democráticos terem ganhado força na América Latina.

Nesse sentido, a América Latina parece continuar a seguir um caminho problemático: ou continuar a viver em cenário de alternância entre momentos de busca por maior democracia e eleição de representantes progressistas e momentos de eleições de figuras que trazem questionamentos às dinâmicas democráticas; ou - em um cenário mais pessimista - a região pode voltar a protagonizar uma realidade em que os países estarão imersos em regimes ditatoriais.

Em vista disso, é percebido que - mesmo no cenário menos negativo - existirão dificuldades para se consolidar a democracia na região e os países continuarão nessa categoria de democracias defeituosas e regimes híbridos. Mesmo que no curto prazo as instituições consigam minar tentativas de golpe ou de contestação dos resultados das urnas, fica claro que essas forças ganharam uma expressão tão relevante no contexto político da região que não serão abafadas de forma automática com a eleição de um/a outro/a candidato/a.

Portanto, ao levar em consideração a realidade da região verifica-se que mudanças profundas precisam ser realizadas. É necessário que exista de fato uma percepção crescente de que a democracia é um bem fundamental, e não algo secundário, para a saúde da sociedade latino-americana. Desse modo, a construção de uma educação e cultura política que valorize o sistema democrático é algo que esses países precisam levar adiante.

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso. Fact-checking. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (Org.). Dicionário dos negacionismos no Brasil. Recife: Cepe, 2022. p. 131-133.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos CEBRAP*, v. 38, p. 185-213, 2019.

A NEW low for global democracy. *The Economist*, 9 de fev. de 2022. Disponível em: <<https://www.economist.com/graphic-detail/2022/02/09/a-new-low-for-global-democracy>>. Acesso em: 18 de ago. de 2022.

AS AMEAÇAS de Bolsonaro em discursos no 7 de Setembro. *BBC News Brasil*, 7 de set. de 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58479785>>. Acesso em: 18 de ago. de 2022.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. *Novos estudos CEBRAP*, v. 37, p. 273-289, 2018.

BARROS, Matheus. Fake news sobre urnas eletrônicas no Facebook possuem mais de 111 milhões de interações. *Olhar Digital*, 11 de fev. de 2022. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/2022/02/11/internet-e-redes-sociais/fake-news-sobre-urnas-eletronicas-no-facebook-possuem-mais-de-111-milhoes-de-interacoes/>>. Acesso em: 18 de ago. de 2022.

BAUER, Caroline Silveira. Ditadura. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (Org.). Dicionário dos negacionismos no Brasil. Recife: Cepe, 2022. p. 113-115.

BOLSONARO defende ditadura militar e manda 'cala a boca' a STF. *Nexo Jornal*, 31 de mar. de 2022. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/03/31/Bolsonaro-defende-ditadura-militar-e-manda-%E2%80%98cala-a-boca%E2%80%99-a-STF>>. Acesso em: 18 de ago. de 2022.

BRANDÃO, Marcelo. Manifestação em Brasília faz enterro simbólico da "velha política" brasileira. *Agência Brasil*, 26 de mar. de 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/manifestacao-em-brasilia-faz-enterro-simbolico-da-velha-politica-brasileira>>. Acesso em: 06 de out. de 2022.

C MARA DOS DEPUTADOS. Bancada atual, 2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/bancada-atual>>. Acesso em: 21 de ago. de 2022.

CARMO, Marcia. Escândalos de corrupção arranham imagem do Chile de 'modelo' regional. BBC News Brasil, 10 de mar. de 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150309_chile_modelo_crise_pai_mc>. Acesso em: 18 de ago. de 2022.

CIRCULAÇÃO de informação sobre fraude nas urnas cresce 154% no Facebook. Carta Capital, 02 de ago. de 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/circulacao-de-informacao-sobre-fraude-nas-urnas-cresce-154-no-facebook/>>. Acesso em: 21 de ago. de 2022.

COSTA, Anna Gabriela. Gustavo Petro é eleito presidente na Colômbia. CNN, 19 de jun. de 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/gustavo-petro-e-eleito-presidente-na-colombia>>. Acesso em: 21 de ago. de 2022.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Democracy Index 2021: the China challenge, 2022. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2021/?utm_source=economist&utm_medium=daily_chart&utm_campaign=democracy-index-2021>. Acesso em: 18 de ago. de 2022.

FERNANDEZ, Michelle. América Latina. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (Org.). Dicionário dos negacionismos no Brasil. Recife: Cepe, 2022. p. 30-33.

“FOI UM momento de progresso”, diz Bolsonaro sobre ditadura. Poder360, 27 de mai. de 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/foi-um-momento-de-progresso-diz-bolsonaro-sobre-ditadura/>>. Acesso em: 18 de ago. de 2022.

FROIO, Caterina; GANESH, Bharath. The transnationalisation of far right discourse on Twitter: Issues and actors that cross borders in Western European democracies. *European societies*, v. 21, n. 4, p. 513-539, 2019.

GABRIEL Boric é eleito presidente do Chile. G1, 19 de dez. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/12/19/gabriel-boric-e-eleito-presidente-do-chile.ghtml>>. Acesso em: 21 de ago. de 2022.

GALINDO, Jorge. Um em cada quatro nas Américas não acredita que a democracia seja a melhor forma de governo. *El País*, 17 de nov. 2021. Disponível: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-11-17/um-em-cada-quatro-americanos-nao-acredita-que-a-democracia-seja-melhor-que-outras-formas-de-governo.html>>. Acesso em: 21 de ago. de 2022.

GILBOA, Eytan. Digital diplomacy. In: CONSTANTINO, Costas M.; KERR, Pauline;

SHARP, Paul. (Org.). *The SAGE handbook of diplomacy*, 2016. p. 540-551.

LATANA. Democracy Perception Index, 2022. Disponível em: <<https://latana.com/democracy-perception-index/>>. Acesso em: 21 de ago. de 2022.

MAZUI, Guilherme; RODRIGUES, Paloma. Em discurso, Bolsonaro defende ditadores militares e deputado dos atos antidemocráticos. G1, 31 de mar. de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/31/em-discurso-no-planalto-bolsonaro-defende-ditadores-militares-e-deputado-reu-por-atos-antidemocraticos.ghtml>>. Acesso em: 18 de ago. de 2022.

MITOZO, Isabele Batista. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (Org.). Dicionário dos negacionismos no Brasil. Recife: Cepe, 2022. p. 337-339.

MOLINA, Frederico Rivas. Macri reaviva a polêmica sobre número de desaparecidos na Argentina. El País, 11 de ago. de 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/11/internacional/1470936255_170858.html>. Acesso em: 18 de ago. de 2022.

PERU encerra contagem oficial de votos de eleição presidencial, com Castillo na liderança. G1, 15 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/06/15/peru-encerra-contagem-de-votos-de-eleicao-presidencial-com-castillo-na-lideranca.ghtml>>. Acesso em: 21 de ago. de 2022.

RASHICA, Viona. The benefits and risks of digital diplomacy. Seeu Review, v. 13, n. 1, p.75-89, 2018.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. Fake News. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (Org.). Dicionário dos negacionismos no Brasil. Recife: Cepe, 2022. p. 133-136.